

SIGNIFICADOS DA PRECARIEDADE DAS ESTRADAS VICINAIS PARA OS TRABALHADORES DO PAD BOA ESPERANÇA

MEANINGS OF PRECARIETY OF VICERAL ROADS FOR PAD BOA ESPERANÇA WORKERS

Submetido em 10 de julho de 2020

Aceito em 23 de setembro de 2020

Francisco Bento da Silva

chicobento.ac@gmail.com

Universidade Federal do Acre

Rio Branco - Acre –Brasil

Cicero Dantas dos Santos Filho

cicerosantosf77@gmail.com

Universidade Federal do Acre

Rio Branco - Acre –Brasil

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar que significados a precariedade das vias de acesso ao Projeto de Assentamento Dirigido Boa Esperança em Sena Madureira Acre tiveram para os trabalhadores rurais que viveram naquela localidade no período após sua implantação em 1978. Além do diálogo com a literatura que trata do tema, tomamos como fonte principal, narrativas orais produzidas em entrevistas com trabalhadores rurais que viveram no PAD Boa Esperança no período em referência. Quanto aos aspectos teóricos-metodológicos, nos pautamos nas ideias de Alessandro Portelli sobre história oral; de Paul Ricoeur no que se refere à memória; e, na filosofia da linguagem proposta por Bakhtin/Volochínov. Nas análises e interpretações realizadas constatamos que os trabalhadores do PAD Boa Esperança vivenciaram uma série de dificuldades em decorrência da precariedade das estradas vicinais, com importantes impactos sobre suas vivências e as representações sobre aquela localidade.

Palavras-chave: Colonização Dirigida; Estradas Vicinais; Trabalhadores Rurais; Condições de vida

Abstract

This article aims to analyze what significance the precarious access roads to the Boa Esperança Directed Settlement Project in Sena Madureira Acre had for the rural workers who lived in that location in the period after its implementation in 1978. In addition to the dialogue with the literature that deals with the topic, we took as our main source oral narratives produced in interviews with rural workers who lived in PAD Boa Esperança during the period in question. As for the theoretical-methodological aspects, we based ourselves on Alessandro Portelli's ideas about oral history; Paul Ricoeur on memory; and the philosophy of language proposed by Bakhtin/Volochínov. In the analyses and interpretations carried out we found that the workers of PAD Boa Esperança experienced a series of difficulties due to the precariousness of the neighboring roads, with important impacts on their experiences and representations about that location.

Keywords: Directed Colonization; viceral roads, rural workers, living conditions.

Introdução

Em dissertação de mestrado defendida em 2019 na Universidade Federal do Acre - UFAC, analisamos os processos de constituição das identidades de trabalhadores rurais do Projeto de Assentamento Dirigido - PAD Boa Esperança em Sena Madureira, no Acre. Durante a pesquisa, constatamos que um dos temas centrais das narrativas consistia nas condições de acesso marcadas pela precariedade das estradas vicinais (ramais) que dão acesso ao referido projeto de assentamento.

Considerando esse aspecto, estabelecemos como objetivo nesse trabalho analisar em que medida as dificuldades de acesso impactaram as vivências e as representações dos trabalhadores assentados no que tange às características de espacialidade do PAD Boa Esperança. Assim, dialogamos a partir de narrativas orais sobre as vivências dos diferentes sujeitos que migraram e lá se estabeleceram, bem como daqueles que já viviam na localidade e permaneceram quando o PAD foi criado.

O PAD Boa Esperança surgiu em 1978 no âmbito da ditadura militar, contexto em que prevaleciam discursos sobre a integração da Amazônia ao resto do Brasil, diante de uma necessidade, criada política e discursivamente, de ocupação de seus espaços, então tidos ainda como vazios. Nesse sentido, ao lado da expansão da agropecuária, houve a implementação da colonização dirigida, como forma de intensificar a densidade populacional da Amazônia, bem

como controlar a ocupação de suas terras.

Conforme destaca Octávio Ianni (1979), a colonização dirigida foi pensada, em um de seus aspectos, como forma de controlar a colonização espontânea, que segundo o autor, se constituía no fluxo migratório intenso de pessoas que, por iniciativa própria, rumavam para a Amazônia em busca de terras inicialmente em estados como Pará e Mato Grosso, e, posteriormente, para Rondônia e Acre. Sem planejamento adequado, uma das principais características da colonização dirigida foi a deficiência na infra-estrutura para escoamento da produção e mobilidade dos assentados.

A partir da leitura de autores como Tânia Mara Rezende Machado (2016), Eloisa Winter Nascimento (1985) e Francisco José Nascimento (2015), constatamos que no Acre grande parte dos assentados da colonização dirigida sofreram fortes impactos decorrentes da forma como ela foi implementada, sem condições de infra-estrutura básica.

Como vimos, a literatura que trata sobre colonização dirigida aponta as deficiências da infra-estrutura nos Projetos de Assentamentos na Amazônia, que se caracterizaram pela inexistência de estradas trafegáveis de forma permanente na grande maioria das situações em que foram criados. No entanto, a nossa proposta é discutir essa questão no contexto específico do PAD Boa Esperança, considerando as diversas dimensões da vida dos assentados naquela localidade, como questões financeiras, saúde, bem estar, e representações de espaço.

As fontes da pesquisa são: as narrativas orais gravadas a partir de entrevistas com moradores e ex-moradores do PAD Boa Esperança; relatos de memórias dos servidores do INCRA, contidas no livro *Memória do INCRA 35 anos* e o Decreto nº 79.048 de 26 de dezembro de 1976, norma essa que desapropriou a área de terra para estabelecimento do referido PAD.

Esses documentos escritos e orais devem ser interrogados não na busca de informações como algo neutro ou fechado em suas verdades absolutas, mas na perspectiva de entender seus sentidos e discursos. Desta forma, a filosofia da linguagem de Bakhtin/Volochínov (2006) nos presta uma valiosa contribuição, ao passo que possibilita dialogar sobre os discursos e os lugares sociais de quem os produz.

A análise da fonte documental em suas diversas formas de apresentação, seja oral, escrita, ou imagética, além de exigir um diálogo sobre a linguagem e seus sentidos, não pode

prescindir de uma compreensão da memória, sendo fundamental estar atento às suas possibilidades e impossibilidades. Nesse sentido, temos como fundamento que a memória, apesar de seu caráter ligado aos processos de imaginação, e não ser passível de controle, é importante no acesso ao passado recriado. Esse papel da memória era apontado já por Aristóteles na Grécia antiga (RICOEUR, 2007). Levando em conta esse aspecto, privilegiamos as narrativas orais como fontes de análise, cientes de que aí, assim como nos demais documentos, temos uma tradução do passado.

De acordo com Ricoeur (2007, p. 41), o traço mais importante da lembrança diz respeito ao privilégio concedido ao acontecimento dentro de todas as coisas de que nos lembramos. Este autor destaca também que existe uma forte interligação entre as memórias dos acontecimentos e os lugares em que os mesmos ocorreram, pois “a memória dos lugares é assegurada por atos tão importantes como orientar-se, deslocar-se e, acima de tudo, habitar” (RICOEUR, 2007, p. 57). Assim, se evidencia a interligação entre tempo e espaço, que na perspectiva apontada por Paul Ricoeur, tem um sentido distinto de espaço geométrico, pois está pautada na subjetividade. Isso nos foi útil para entender como os trabalhadores por nós entrevistados atribuem significados aos espaços do PAD Boa Esperança a partir das memórias do vivido.

As narrativas orais são fontes ricas para discutir questões sobre os significados dos espaços de vivências dos grupos sociais, pois se constituem em uma forma ativa de se reportar ao passado, numa maneira de criar significados a partir do ocorrido e numa perspectiva do presente, através da memória e da linguagem. Alessandro Portelli (2016, p.18), nesse sentido, afirma que “a história oral, então, é história dos eventos, história da memória e história da interpretação dos eventos através da memória”.

Na produção das fontes orais, evitamos a postura de observador que está em campo para colher informações. Como ensina Alessandro Portelli (2010), o trabalho com a fonte oral requer a superação do paradigma do observador, pois “os conteúdos da memória são evocados e organizados verbalmente no diálogo interativo entre fonte e historiador, entrevistado e entrevistador” (PORTELLI, 2010 p.19). Assim, a entrevista, como o próprio nome indica, se dá em um processo de observação mútua entre pesquisador e participante da pesquisa (PORTELLI, 2010 p.19).

Pensando as narrativas orais como decorrentes de um trabalho de memória, realizado no processo de interação entre entrevistador e entrevistado, estabelecemos interligações com a filosofia da linguagem de Mikhail Bakhtin e Volochínov (2006), pois estes autores concebem a língua como um processo dialógico que vai além da dimensão comunicativa e se constitui a partir de signos ideológicos, cujo conceito é fundamental para as análises que serão desenvolvidas nesse artigo.

A proximidade das abordagens sobre representações e filosofia da linguagem passa pela compreensão do processo de criação do signo ideológico. Para Bakhtin/Volochínov (2006), qualquer objeto material pode ser convertido em signo ideológico sem perder a sua materialidade específica. Esse processo se constitui a partir da valorização e atribuição de significado por meio da palavra nas interações sociais.

Isso nos aproxima das representações na perspectiva apontada por Roger Chartier para quem elas seriam a forma como uma dada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Há um conjunto de categorias, pautadas em divisões e classificações, que possibilitam os processos de apreciação do real. A partir de suas características próprias, cada grupo social produz os elementos que permitem dar sentido ao momento atual, ao espaço e ao outro (CHARTIER, 1990, p.17).

Christian Kiening (2014) nos propõe um sentido de representação que dialoga com os autores acima citados, e também nos será importante na interpretação das fontes. Assim, afirma este autor que,

O conceito de representação sugere que símbolos e esboços não devem ser pensados nem como categoricamente separados, nem como continuamente fundidos em semíose. O representante e o representado podem se aproximar um do outro até a identidade aparente. Porém, eles também podem ser marcados por uma não identidade, que em contra partida, possibilita as mais diferentes formas de transmissão (KIENING, p. 64).

As discussões dos signos ideológicos e o conceito de representações nos possibilitam analisar as narrativas dos trabalhadores do PAD Boa Esperança no que tangem às relações de espaço. Cabe destacar que os significados dos espaços são mutáveis e dependem das condições materiais e dos processos de interação social, pontos centrais na filosofia bakhtiniana.

Para analisar os impactos vivenciados pelos trabalhadores do PAD Boa Esperança, procuramos identificar quais necessidades surgiram no curso do processo de adaptação à realidade daquela localidade, nova para o migrante, e em processo de transformação para os antigos seringueiros que ali já viviam.

Segundo Antônio Cândido (2017, p.29) “a satisfação das necessidades devem ser consideradas não apenas do ângulo natural, como operação para satisfazer o organismo, mas deve ser também encarada do ângulo social, como forma organizada de atividade” Desta forma pode-se entender que existe uma interligação entre as técnicas e as organizações sociais que surgem na busca do equilíbrio entre condições de vida e necessidades, incorporando espaço à sociedade.

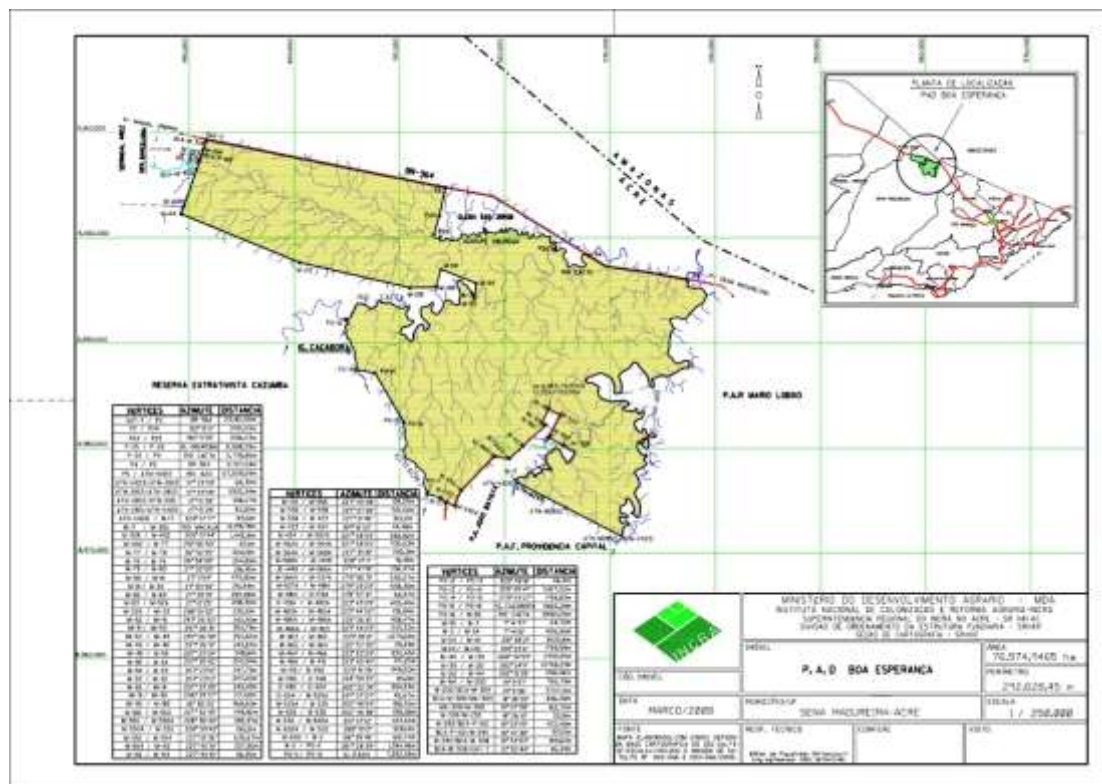
De forma condizente com essa afirmação de Antônio Cândido, Milton Santos (2006) afirma que existe uma interligação entre a técnica e o espaço, que também possui uma dimensão temporal. Nesse sentido, este autor entende que a sociedade humana se realiza “sobre uma base material: o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições” (SANTOS, 2006, p. 33).

As vivências no PAD Boa Esperança: entre caminhos, igarapés, rios e estradas de chão

O Projeto de Assentamento Dirigido Boa Esperança foi criado em 31.10.1977 pela Resolução nº. 177 e possui uma área de 275.646 hectares, com capacidade de assentar 1.003 famílias. Segundo, Paulo César Rabelo Mendes de Oliveira (2006, p. 96), os lotes de terra do INCRA no PAD Boa Esperança eram em média de 100 hectares. Ele era constituído inicialmente por 29 glebas com suas respectivas matrículas, resumindo-se hoje a uma só gleba chamada a Gleba Boa Esperança e uma só matrícula. Quanto à delimitação, o PAD Boa Esperança tem ao norte a BR-364; ao sul a Reserva Extrativista Cazumbá Iracema, Projeto de Assentamento João Batista, e Polo Agro Florestal Providência Capital; e a Oeste, os seringais Arez e Barcelona¹, conforme mapa a abaixo:

¹ Egilberto Carvalho Castro, Técnico Agrícola do INCRA. Informações prestadas através de relatório manuscrito.

Mapa 01. Delimitação e localização do PAD Boa Esperança.



Fonte: INCRA/Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária no Acre

A malha viária que dá acesso ao PAD Boa Esperança, em 2018, era formada pelos ramais conforme relacionados na Tabela 1 abaixo:

Tabela 1 – Listas dos ramais do PAD Boa Esperança

Ramal do km 23	Ramal do km 45	Ramal Xiburema
Ramal do km 34	Ramal do km 16	Ramal Linha Seca
Ramal do km 40	Ramal Santa Inês	Ramal Taboca
Ramal Caçaporá	Ramal Pinduca	Ramal Sérgio Barros
Ramal Liberdade	Ramal Frauzina	Ramal do 40 Macauã.

Fonte: elaborada pelo autor Cicero Danta dos Santos Filho em 05 de janeiro de 2018

Quanto à bacia hidrográfica que banha o PAD Boa Esperança, temos o Rio Iaco, com navegação permanente, e os rios Macauã e Caeté, e o Igarapé Xiburema, com navegação temporária. Cada um desses rios e o Igarapé Xiburema desempenham importante papel como

vias de acesso e saída, constituindo referência aos trabalhadores estabelecidos nos ramais que lhes são próximos².

Deve-se ressaltar que, embora existam os ramais, o período que permite acesso por meio de carro ou motocicleta é de no máximo quatro meses por ano durante o verão. Por outro lado, os rios, com exceção do Iaco, só permitem o acesso de barco no período invernos. Assim, ainda hoje, em alguns meses do ano o acesso aos ramais fica muito difícil, e o deslocamento à cidade de Sena Madureira, em parte é feito a pé ou em lombo de animal, geralmente do lote à margem da rodovia federal de onde se busca transporte motorizado. As condições precárias das vias de acesso e deslocamento se constituíram ao longo do tempo um dos grandes problemas para os trabalhadores do PAD Boa Esperança, como veremos ao longo das narrativas.

Cabe observar que, com a pavimentação da BR 364, a partir de 2008 houve algumas mudanças na questão do transporte no período de verão. No entanto, para os assentados que moram nos ramais em localizações mais distantes da via federal, ainda persistem muitas das dificuldades no que concerne ao transporte, como afirmaram vários entrevistados.

Por outro lado, ao retomar os anos iniciais de estabelecimento no PAD Boa Esperança, os moradores mais antigos relatam que as dificuldades nas vias de acesso eram muito maiores do que as atuais. A esse respeito, o senhor José Carvalho da Silva, morador do Ramal do Km 34, ao falar sobre sua chegada aquela localidade, nos conta:

Não tô lembrado bem, mas acho que foi dia 26 de junho de 1980. Acho que foi, se eu não tou enganado. Na época não tinha ramal. Seus pais. Sua mãe ainda é viva, ela pode presenciar isso aí, também junto comigo né? Não me deixa eu mentir que o negócio era difícil demais, né, a maioria das vezes a gente saía era de canoa pelo Igarapé Xiburema. Arrastando canoa por cima de pau, muitas vezes alagando que nem muitas vezes aconteceu da gente perder legume em viagem, né? Então a coisa era difícil, né? Com a evolução do tempo, né, até que melhorou mais, né, em relação, pelo o menos um ramal de péssima qualidade, mas, tem né? Não dar para escoar tudo que precisa nas horas certas, mas tem, tem. Quer dizer que já facilitou essa parte aí, né?³

² Idem.

³ José Carvalho da Silva. Entrevista concedida em setembro de 2017 ao autor Cicero Dantas dos Santos Filho, assim como todas as demais referenciadas neste trabalho. Ele migrou para o PAD Boa Esperança em 1980 vindo do Seringal Oriente, no Rio Macauã. Atualmente mora no ramal do Km 34 onde trabalha com agricultura e criação de gado bovino.

Conforme podemos observar na fala do senhor José Carvalho da Silva, se hoje os ramais são ruins na época de implantação do PAD Boa Esperança estes não existiam, o que caracterizava aquela localidade como muito difícil para se viver. Na saída pelo Igarapé Xiburema, se enfrentava o perigo de naufrágio, que colocava em risco a produção que se levava para vender e até mesmo a própria vida. Em muitos momentos era preciso arrastar a canoa por cima dos paus caídos no leito quase seco do rio. Os rios de pequeno porte, Macauã e Caeté, e o Igarapé Xiburema, em função de suas pequenas larguras e profundidades, acumulavam grande quantidade de troncos de árvores que formam o que se conhece localmente como *pausada*, que em muitos casos pode causar acidentes, dependendo da habilidade do condutor do barco.

O senhor José Carvalho estabelece uma relação entre o presente e um passado que parece distante. Assim, quando menciona “naquela época”, se refere aos primeiros anos posteriores à sua chegada ao PAD Boa Esperança, ocorrida em 1981⁴. No entanto, o que se evidencia em suas narrativas é que, apesar dos longos anos que se passaram desde que ele chegou, muitas das limitações das condições de acesso ainda permanecem, apenas com leves melhorias, pois agora “tem um ramal, mesmo que seja de péssima qualidade”.

As formas de acesso a uma localidade têm uma relação com a sua paisagem. A estrada aberta, o caminho no meio do mato, a varação, o ramal, cada uma dessas formas de trajetos marcam a paisagem a seu modo e evidenciam um maior ou menor grau de intervenção do homem na natureza; graduam também as tecnologias e os meios de transporte a serem utilizados, condicionando as formas de deslocamento.

No PAD Boa Esperança, no início, como afirma o narrador citado, não existia ramal. Portanto, os acessos eram através de caminhos no meio da mata. Estava evidente naquele contexto a relação entre paisagem e dificuldade de de deslocamento, conforme relato de Francisca Gomes de Borges Filha, ao lembrar a sua ida com a família do núcleo urbano de Sena Madureira para o PAD Boa Esperança,

Fomos pro INCRA, era um vai vem, era uma demora, um pessoal tudo lerdo. Até que saímos num caminhão preto por nome de Fuscão Preto. Quando foi

⁴ O Ramal do Km 16 foi aberto pela primeira vez 1983, sendo abandonado e nem todo ano era reaberto. A maioria dos outros ramais foram abertos em períodos posteriores.

umas dez horas, chegamos no ramal do 23. Jogaram tudo no chão, o caminhão voltou e nós fomos carregar as coisas nas costas, lá pra casa do Jair Alves. Depois que carreguemos as coisas, entremos pro Centro, pra beira do Xiburema. Um pique por dentro do tabocal, tinha canto que era preciso a gente parar pra arriar o menino, pra poder passar e depois puxar o menino que num dava de passar, tinha que passar abaixada, até que chegamos... De tardezinha, uma casinha assim coberta de palha, um roçadinho queimado, uma hectare de roçado numa decida assim. Tinha umas árvores muito grande, foi tudo derrubado no motor: um toarizão, um amarelão⁵.

O ponto de partida foi a sede do INCRA, em Sena Madureira, e o ponto de destino o Ramal do Km 23 da BR-364. Ao chegar ao destino, a mudança foi jogada ao chão. No entanto, o Ramal, na verdade era só mesmo no nome, pois se tratava de um pique por dentro de uma área de tabocal. Fez-se necessário deixar as coisas na casa de um morador, às margens da BR-364, para entrar no local da colônia (lote da propriedade rural).

Ao narrar a ida da entrada no Ramal do Km 23, que na realidade era um caminho no meio do mato, a narradora descreve e, de certa forma, pinta a paisagem do trajeto e do local de chegada. A caminhada foi por dentro de uma área coberta pela presença de tabocas nativas, sendo difícil caminhar por entre essas espécies vegetais. Havia a necessidade de parar em certos momentos, colocar no chão a criança de colo para poder passar abaixada e depois puxar a criança para o outro lado.

O PAD Boa Esperança permaneceu vários anos sem os ramais. Eram inicialmente apenas os piques que demarcavam os lotes. Existiam os chamados *travessões*, marcações por onde iriam futuramente se construir os ramais constantes no projeto topográfico.

Mesmo assim, nos anos iniciais do PAD Boa Esperança, conforme relatos de antigos moradores, observa-se um intenso fluxo de chegada e emigração de trabalhadores rurais. Primeiramente, com a abertura dos ramais do Km 23 e do Km 34, veio uma leva inicial de assentados migrantes do centro sul que se estabeleceram nos lotes cortados por esses dois ramais. Entre essas pessoas, temos Antônio Mineiro, Zé Mineiro, Marianão, Manelão, Vicente Santana e muitos outros que foram embora posteriormente, conforme relata a senhora Francisca Gomes de Borges Filha. Esse processo migratório proporcionou a reconcentração fundiária.

⁵ Francisca Gomes de Borges Filha. Entrevista em 05 de abril de 2007.

Dez anos depois da criação do PAD Boa Esperança, em 1988, foi aberto o ramal do Km 16, mas nos anos seguintes esse ramal não teve manutenção e cessou-se o acesso por ele. No entanto, a partir desse momento começaram a vir outros migrantes do Sul, especialmente das áreas que foram alagadas pela Usina Binacional Itaipu; e a partir de 1989 veio gente de Minas Gerais, de São Paulo, do Paraná e de Mato Grosso. Essas pessoas geralmente migravam primeiramente para Rondônia, e, em seguida, para o Acre. As vindas eram motivadas pela busca de terras mais baratas. Em muitos casos, os que vinham primeiro incentivavam a vinda de parentes e conhecidos.

As narrativas desses migrantes sobre a chegada ao PAD Boa Esperança estão repletas de memórias acentuadas por dificuldades, e marcadas por um certo choque quanto aos regimes das chuvas, a falta de estradas e as longas distâncias a serem percorridas a pé, como relatou o senhor Adão Alves Damasceno ao afirmar que “a gente nunca tinha andado nem cinco km a pé”⁶.

A senhora Marlene da Silva Justos, ao contar como se deu sua chegada ao PAD Boa Esperança em 1989, juntamente com os familiares vindos de Alta Floresta do Oeste em Rondônia, evidencia essas experiências e apreensões:

Olha, quando nós chegamos aqui, para chegar aqui a gente tinha que vir de barco porque não tinha estrada, era no inverno, para nós chegar nós passamos 12 horas de viagem viajando por água até chegar na barranca do rio, onde acho que todos sabem, até chegar ali no finado Aristides, ali no porto do finado Aristides. E nós chegamos ali a noite, foi muito sacrificoso. Tinha chovido e a gente com as coisas de casa para trazer... subir o porto já noite, dez horas da noite nós chegamos. Não foi muito fácil não para nós. Mas até que deu para a gente suportar porque era um sonho que a gente tinha de a gente encontrar um lugar, né, para a gente poder trabalhar dignamente e ganhar o pão de cada dia⁷.

As experiências dos assentados quando da chegada ao PAD Boa Esperança foram diversas, tendo em comum fortes impactos no que tangem às condições de deslocamento até à localidade de destino que no caso era a futura colônia (lote de terra). A senhora Marlene destaca diversos acontecimentos que se ligam à memória de sua chegada: havia chovido e a chegada

⁶ Damasceno Adão Alves. Entrevista em 05/09/2017.

⁷ Marlene da Silva Justos. Entrevista em 02/09/2017.

foi à noite.

A senhora Maria da Penha, antiga moradora do PAD Boa Esperança, que chegou para morar naquela localidade em 1989, destaca também os aspectos ligados às condições de acesso e diferenças do clima:

Hoje eu não me encontro mais no Projeto Boa Esperança, mas eu tenho ainda lá minha colônia, meu esposo tá lá. E eu cheguei no Projeto Boa Esperança em 88. Quando eu cheguei, eu achei, assim, muito difícil, porque estrada, né, era difícil. Muito longe da cidade. Transporte também não era fácil e o período invernososo era bem maior do que o verão, como falam aqui. Então para sair, pra se locomover era difícil, teria que ser de pé mesmo. Ou a cavalo, na época nós tinha que andar 15 km até a margem do rio Caeté, para pegarmos o chamado batelão era uma média embarcação. Andávamos em média 6 horas, muito lento, cansativo para vir a cidade, passávamos na cidade três quatro dia, voltávamos com mais um dia pra chegar. Então assim, era tudo muito cansativo, mas era prazeroso tudo isso. Porque o Projeto Boa Esperança a terra lá é muito fértil tudo que você planta você colhe. O que desanimou e que desanima é a questão de você plantar, colher, não ter como transportar e nem pra quem vender. Então isso desmotivou muito as pessoas⁸.

De certa forma, todos os que chegavam vivenciavam esse impacto inicial de maneira mais ou menos intensa, e ao longo dos anos conviveram com essas dificuldades de acesso, conforme narra a senhora Francisca Gomes de Borges Filha, ao falar de suas reiteradas experiências de deslocamentos à cidade de Sena Madureira,

Aí pra gente sair no começo era um problema, vinha pra beira do Caeté, na época que não tinha o ramal. Depois abriram o ramal, passava horas e horas esperando um carro. Eu mais meus filhos cansamos de parar um carro e o cara perguntava tem dinheiro? tem não, então não vai. Ficava, deixava na estrada, não foi só uma vez nem duas que fizeram isso com nós. Mas nós com fé em Deus botava o pé na estrada... eu dizia meu filho vamos que o que nós nascemos com ele foi pé. Nós não tem carro não tem nada, nós tem que ir de pé, tinha que ir na rua, fazia esforço e ia mermo⁹.

A partir desse trecho, temos vários enunciados que evidenciam uma complexa trama entre o momento do vivido e do revivido, algo que nos permite entender um pouco das condições de vida desses trabalhadores, em muitos aspectos, em situações de exclusão social e

⁸ Maria da Penha Luiz Garcia. Entrevistada em 05/09/2017

⁹ Francisca Gomes de Borges Filha. Entrevista citada.

supressão de direitos.

No trecho acima é descrita ainda uma cena onde se tem uma interação não verbal e verbal, que passa a ser recomposta pela narradora. A mãe e os filhos a esperar um transporte até Sena Madureira, após caminhar a pé pelo ramal onde se localizava sua propriedade familiar. Em um certo momento, após muita espera, para um carro em que o motorista pergunta se as pessoas tinham dinheiro para pagar pelo transporte, e informa que, se não tivessem dinheiro, não poderiam ir até ao destino pretendido.

Destacamos alguns pontos que nos permitem uma análise de aspectos das circunstâncias, e que, na fala da narradora, traz avaliações sobre o vivido. Temos aí o ato de esperar, parar o carro, que significa pedir carona, não ter dinheiro, não poder ir, ficar na estrada sem a certeza de ir ao local pretendido. Não foi só uma vez que passaram por essa experiência.

Sabemos semanticamente o que significa esperar, mas conforme nos ensina Bakhtin (2003), a língua não deve ser tomada em uma dimensão abstrata. Devem ser considerados os sentidos como parte do enunciado, que varia conforme as circunstâncias. E isso é bem ilustrado pelo próprio verbo esperar. Quando precisamos fazer algo mas temos que esperar, não parece nada agradável o fluxo do tempo marcado pelo imponderável. Assim, o verbo esperar tem uma gradação de significado a depender do contexto. São os dois lados de uma mesma moeda, pois esperar pode ser mais cansativo, se tem uma relação de dependência, e pode ter um sentido diverso quando a espera não é compulsória.

Outro enunciado é o dinheiro, que aparece como parte importante de uma relação comercial. O dinheiro é a representação de lucro e não raro é uma causa de desconsideração de outros aspectos das relações entre as pessoas, como a solidariedade. Assim, para os muitos donos de carro, não importava se o *caroneiro* ia ficar na estrada indefinidamente, porque, se não tivesse dinheiro, não embarcava.

No sentido de evidenciar as dimensões das dificuldades de uma caminhada no ramal do Km 16, trazemos a foto abaixo, não apenas como ilustração, mas como fonte imagética de experiências vividas, que narra um espaço por onde múltiplas pessoas faziam e fazem suas caminhadas rumo à cidade de Sena Madureira ou desta aos seus lotes. Evidente que a fotografia, como as demais linguagens, não é neutra. É enunciação a partir de lugares específicos. O ato

de fotografar, a escolha do que fotografar, a forma de posicionar a câmera, para onde direcioná-la, carregam toda uma intencionalidade e subjetividade e o tempo em que foram tiradas.

Foto 01: vista parcial do Ramal do Km 16 – Março de 2007



Fonte: acervo pessoal. Fotografia produzida pelo autor Cicero Dants dos Santos Filho em março de 2007

Quando essa fotografia foi realizada, não havia nenhuma preocupação de fazer uma análise interpretativa da mesma, bem como o cotejamento com as demais fontes. No entanto, a partir de outras leituras, de questionamentos mais recentes, entendemos que a fotografia pode ser considerada uma forma de narrativa da realidade, que também pode ser interpretada. Ao se olhar essa fotografia de forma descomprometida, sem pressa de querer escrever ou produzir explicações fechadas, se pode perceber interessantes nuances sobre o espaço aí retratado. Devemos estar atentos ao fato de que nela não está a realidade, mas apenas uma representação de parte de uma realidade. Na foto não aparecem pessoas, mas aparecem rastros no barro lamacento que se apresenta como um atoleiro contínuo. A foto está direcionada ao longo da estrada até se fechar a linha do horizonte.

Essas observações não nos permitem dizer muita coisa, mas podemos entender algo sobre as condições de transporte na localidade. Aí somente se podia caminhar a pé ou montado a cavalo. A estrada sobe a ladeira e nos deixa entender que, em seguida há uma descida. E essa era uma característica do ramal, marcado por constante sinuosidade de subidas e descidas que

exigiam um maior esforço ao caminhar ao longo do seu trajeto.

Cabe observar que grande parte dessas dificuldades se exacerbava não por um determinismo geográfico, mas como decorrência de um processo histórico e de experiências sociais marcadas pelo descaso das autoridades reponsáveis. A transformação das áreas de antigos seringais em Projeto de Assentamento dava uma maior importância à questão das vias de acesso para o escoamento da produção. Muitas das características desses “espaços produzidos” decorriam das próprias omissões governamentais no que tangia à falta de apoio quanto à abertura dos ramais e as devidas manutenções.

As condições de transporte terão importantes significados na constituição dos modo de vida e sobre os próprios sentidos do tempo para os trabalhadores do PAD Boa Esperança. O trajeto para o núcleo urbano de Sena Madureira, em função da falta ou deficiência das estradas no inverno, era feito de pé, a cavalo ou de barco, como já foi ressaltado. O deslocamento e a permanência na cidade representavam uma ausência da propriedade de dois ou três dias, como falou um de nossos entrevistados que preferiu o anonimato:

A gente gastava de nove horas, dez hora daqui pra rua de pé. Era três dias, um dia pra ir, um dia pra ficar lá resolver alguma coisa e um dia pra voltar, o normal mermo era três dias. Até de barco também era, porque a gente ia num dia, faiava um dia lá resolvendo o que tinha de resolver para vir no outro dia era três dias aqui fora da propriedade (Informação verbal)¹⁰.

Por outro lado, a senhora Maria da Penha afirma que a viagem de barco era cansativa, pois ele era muito lento, como percebemos na sua descrição abaixo.

Muito lento, cansativo, pra vir a cidade, passávamos na cidade três quatro dias, voltávamos com mais um dia pra chegar. Então assim, era tudo muito cansativo, mas era prazeroso tudo isso. O projeto Boa Esperança, a terra lá é muito fértil, tudo o que você planta você colhe, o que desanimou, que desanima é a questão de você plantar, colher não ter como transportar e nem pra quem vender. Isso motivou muito as pessoas Na comunidade, onde eu cheguei..além de ele ser um projeto ele se divide em comunidade¹¹.

¹⁰ Robério. Nome Fictício. Entrevistado em 02 de setembro de 2017.

¹¹ Maria da Penha Luiz Garcia. Entrevista citada.

Outro ponto importante, no que tange às vivências dos assentados, destacado pela senhora Maria da Penha em outra parte de sua narrativa, é a da perda da produção em decorrência da falta de estrada, quando ela afirma: “o que desanimou, que desanima é a questão de você plantar, colher não ter como transportar e nem pra quem vender”¹². Por não ter como tirar ou não ter para quem vender, ocorria a perda da produção, gerando um desânimo, uma desmotivação pelo trabalho perdido e não recompensado.

E esse termo “desanimar” nos permite dialogar com aquilo que se apregoava pelos técnicos e funcionários do INCRA que conduziram a colonização dirigida, que, segundo Francisco José Nascimento, era fala tida como uma determinação aos assentados: “coloca a floresta no chão, senão vocês serão tachados de preguiçosos”¹³. Assim, muitos agricultores passavam de um momento de euforia a um outro de desânimo, pois em muitos casos se perdiam grandes quantidades de produtos ou eram obrigados a venderem por preços irrisórios. Essa situação também é relatada pelo senhor Valdemiro Francisco da Silva, quando ele afirma:

Ah nós perdemos muita mercadoria até porque naquela época a administração deixava a desejar... perdemos feijão... perdemos de três, quatro tonelada de feijão... a gente perdia milho lá... a gente lá pra fora... você juntava tudinho. Monte aqueles monte de milho, perdemos demais¹⁴.

O senhor José Carvalho da Silva evidencia as deficiências das vias de acesso como uma questão que o impede de crescer financeiramente, pois, sem estrada trafegável, não há como levar para a cidade o produto para vender na época certa. O ramal do Km 16, segundo o entrevistado, é de péssima qualidade, o que impede de seguir, mesmo a pé, e escoar sua produção,

Aqui, Eu quero iniciar já falando aqui em relação ao meio de transporte, né? Que aqui é, é muito difícil, na época do inverno nós passamos por grande dificuldade aqui dentro né? E isso aí nos impede de crescer também até financeiramente, porque quando se produz tem muitos produtos, é que a gente planta aqui, colhe, por exemplo, em relação à lavoura não consegue tirar

¹² Maria da Penha Luiz Garcia. Entrevista citada

¹³ NASCIMENTO (2017). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br>. Acesso em 21/06/20.

¹⁴ Valdemiro Francisco da Silva. Entrevista citada.

na época certa, devido ao transporte né? Que não tem¹⁵.

Percebemos que a falta de transporte se apresenta como um dos temas centrais das narrativas desses trabalhadores. Isso se deve ao fato de que boas condições de transporte constitui a base de sustentação da vida econômica desses assentados. O desenvolvimento de toda atividade produtiva depende de infra-estrutura para o transporte da produção para outras localidades onde possa ser comercializada. Em outros termos, o transporte é um elemento central na constituição do mercado econômico. Deve se enfatizar que a importância das condições de transporte está ligada não apenas às questões econômicas, mas abarca igualmente outros aspectos da vida, como saúde e sociabilidade.

As narrativas dos trabalhadores do PAD Boa Esperança estão repletas de experiências de ações de socorro em situações de doença e acidente, o que mostra claramente os significados da falta de estradas na vida daqueles trabalhadores. Evidente que as causas das situações mórbidas eram diversas, mas eram ligadas por uma ação comum, que era o transporte dos doentes em redes, como apreendemos na narrativa da senhora Maria da Penha:

O Projeto Boa Esperança é tudo de bom em termos de transporte. Antes a dificuldade como eu falei era muito grande. As pessoas tinham que sair de pé e quando adoecia alguém num é? Como eu tive um aluno meu mesmo que morreu por fato de socorro, não tinha como tirar de imediato e era muito triste. Você ver uma pessoa, vcê chegar na casa do vizinho, o qual você ama muito né? E encontrar doente e você fica ali sem saber o que fazer. Num é, e pensar que a qualquer momento ele poderia morrer, convidar as pessoas colocar numa rede e tirar como se fosse um corpo. Quando voltava essa pessoa era um alegria enorme mas quando não tinha volta, era muita tristeza. A gente passou muitos momentos ruins¹⁶.

O senhor Eudes Caetano de Souza, ao relembrar os anos que morou no PAD Boa Esperança, traz a seguinte fala:

Rapaz ali morei ali 10 anos com todo o seofrimento e pra tirar um produto era no lombo de animal ou nas costa até a beira do rio e trazer pra cidade pra

¹⁵ José Carvalho da Silva. Entrevista Citada

¹⁶ Maria da Penha Luiz Garcia. Entrevista Citada

vender e voltar por água de novo que tinha aquela rotina de sair das quinzenas por água vinha no domingo e voltava na terça feira de volta pra casa era aquela luta. As terras era boa produzia bem, mas a luta ali tem que ter coragã par encarar se não não encara não e tá até hoje assim ainda né? Morei ali por dez anos, mas tinha que ir resistindo até achar uma oportunidade, mas é assim quem quiser morar ali saber que a dificuldade ali é direto mermo. O ramal atola no meio dos morro, quando chega o inverno assim quando chega no meio do morro ele atola assim na subida que a terra de tabatinga não é uma terra firme né então é assim ali. Ali é a passagem ali é desse jeito pra tirar uma pesoa doente da li, teve duas vez de tirar gente doente na rede O Naldo mermo uma vez o menino quebrou uma perna eu tive que tirar ele na rede mais o companheiro. Outra vez ele adoeceu parece que era malária tirei de novo até a beira do rio. Fiquei esperando uma condução ainda descer, pra descer com ele tive que pousar lá no vizinho prano outro dia trazer pra cidade e foi assim. Inclusive teve gente ali dentro que morreu que não tinha como trazer pra cidade né que nem o finado Chico. Morreu ali intoxicado, não deu tempo de trazer devido a estrada, devido que não tem acesso de nada ali. No inverno e mermo no verão o cara vem pra cidade tem que ficar cuidando o tempo na hora que viu qualquer cosia no tempo já vazar fora se não fica na estrada mermo e ali tem que voltar pra rua de novo esperar dois três dias pra enxugar a estrada. Atoleiro não enxuga fácil né? Então ali é assim mas a dificuldade é essa, ali o cara é prisioneiro tem que sofrer mermo pra ir vivendo se não tiver coragem não encara não. E não tem muito apoio das autoridades, porque não compensa fazer uma estrada é muito tabatinga aquilo enrola tudo no inverno é assim ali é vivendo e sofrendo. E aprendendo também qua ali sofre mermo mas tirando daí a terra é boa e às vezes tem hora que não tem nem apoio pra dar uma força pra pessoa a pessoa tem que encarar só¹⁷.

A narrativa do senhor Eudes tem como foco central os impactos que a precariedade das vias de acesso tinham na vida no PAD Boa Esperança. Os principais impactos vivenciados são sobre as questões de saúde e de escoamento da produção, questões essas que geraram experiências e memórias marcantes. Ter que levar o produto em lombo de animal até à margem do rio para daí seguir até à cidade, transportar os familiares e conhecidos em redes até à margem do rio para poder levá-los até à cidade nos casos de doenças e acidentes, fazem parte das lembranças de um processo de resistência às adversidades e luta pela sobrevivência.

Para o senhor Eudes, os dez anos que morou no PAD Boa Esperança transcorreram com atitudes de resistência e espera por uma oportunidade de migrar para outra localidade. Em alguns trechos de sua narrativa, prevalece a visão de um vida de prisioneiro, vida de

¹⁷ Eudes Caetano de Souza. Entrevista em setembro de 2017.

sofrimentos. Percebemos, assim, como as condições de acesso contribuíram para a não permanência de muitos dos antigos assentados em seus lotes.

Segundo ainda o senhor Eudes, as características do solo da localidade, constituído de tabatinga, contribuem para a formação dos atoleiros, tornando intrafegáveis os ramais. Em sua visão, essas características dessestimulam os investimentos por parte das entidades governamentais em prol da construção de estradas. Predomina, assim, uma concepção em certo sentido determinista do meio sobre a vida social.

Esses aspectos nos remetem à representação mental que se tinha sobre a falta de estrada no PAD Boa Esperança. Por ocasião da entrevista com Adão Alves Damasceno, que se deu na casa do seu sogro, estava lá um familiar dele chamado Odair José Francisco da Silva. Conversamos com o Odair sobre a pesquisa, mas ele não quis gravar entrevista. No entanto, ele fez um comentário importante. Falou da animação que sentia quando ouvia o barulho das máquinas quando iam abrir o ramal.

O comentário feito por Odair José Francisco da Silva nos permite dialogar com os pressupostos de Bakhtin sobre a constituição do signo ideológico. Segundo Bakhtin/Volochinov (2006, p. 30), os instrumentos de produção, além de desempenhar uma função específica, podem ser convertidos em signos ideológicos. O signo ideológico, na perspectiva pensada por Bakhtin, não implica uma visão falsa da realidade, mas uma condição necessária de constituição da linguagem e das conseqüentes formas de dar sentido ao mundo. Nessa direção, a produção da linguagem está embasada na ideologia que constitui os signos ideológicos.

Um aspecto importante destacado por Bakhtin/Volochinov (2006) no processo de constituição dos signos ideológicos é a interação social, constituinte do contexto sócio histórico em que os membros do grupo social atribuem valores a determinados corpos físicos, objetos ou fenômenos, estabelecendo signos específicos. Evidente que as máquinas e a abertura de estradas pudessem ser vistos como signos de “progresso,” de melhoria, mas não desempenham sempre o mesmo papel ideológico em qualquer contexto social e em qualquer dimensão do espaço tempo.

No caso em particular, para os moradores do PAD Boa Esperança, a abertura dos ramais

trazia um período em que se tornava mais fácil se deslocar à cidade de Sena Madureira, levar a produção da safra do ano anterior e realizar outras atividades. Era um processo em que os empreendimentos humanos explicitavam suas conexões com o ciclo da natureza. O verão estava associado à abertura dos ramais. O que dava uma leve mudança na paisagem, que era um período exíguo de três meses de final de julho a final de outubro de cada ano, mas era importante porque era o período do escoamento da produção.

Considerações finais

O objetivo desse artigo foi o de analisar os significados da precariedade das estradas vicinais para os trabalhadores assentados no PAD Boa Esperança em Sena Madureira, Acre, no período após sua implantação em 1978. Assim, destacamos alguns aspectos históricos da colonização dirigida e a criação do referido projeto de assentamento. Dialogamos com as memórias que emergem através das narrativas orais de trabalhadores e trabalhadoras entrevistados, onde procuramos destacar as experiências desses sujeitos sociais na constituição dos modos de vida naquela localidade.

A colonização, dirigida como parte das intervenções dos governos militares nos espaços agrários amazônicos, foi posta em prática sem o adequado planejamento. Desta forma, não houve o investimento prévio em infra-estrutura, saúde e educação. Geralmente, os lotes entregues aos trabalhadores eram áreas de florestas virgens, em muitos casos sem acessos por estradas.

Os discursos da colonização dirigida eram voltados para a necessidade imperiosa do desmatamento, ao estímulo da produção agrícola isolada de outras condições, o que é contraditório com a situação em que foi estabelecido o PAD Boa Esperança e tantos outros na região: sem a infra-estrutura de meios de transporte necessário ao escoamento da produção.

A dificuldade em levar para a cidade de Sena Madureira a produção agrícola impactava nas condições financeiras dos trabalhadores assentados. Em muitos casos ocorria a perda do arroz, do feijão e do milho pela impossibilidade de escoá-los na época certa para vender na cidade.

A questão da saúde também se liga às experiências marcantes, em função das dificuldades de deslocamento pelos ramais ou ausência deles. Muitas vezes, as pessoas doentes

ou acidentadas eram transportadas em redes até a margem de um rio mais próximo, e, dali, de barco até à cidade de Sena Madureira, para que pudessem ser tratadas. No entanto, em muitos casos essas ações de salvamento não foram possíveis e muitas mortes ocorreram, segundo relatos dos entrevistados.

Os deslocamentos para a cidade de Sena Madureira são lembrados como experiências marcantes pelos participantes da pesquisa: andar longas distâncias a pé, carregar pesos nas costas, realizar os deslocamentos em barcos lentos e pouco confortáveis. Tudo isso estabelecia uma distância física e simbólica entre o campo e a cidade. A partir disso é que, no processo de interação social entre aqueles trabalhadores, foram tecidas um conjunto de representações mentais sobre as estradas enquanto possibilidade de acesso à cidade.

Frente às diversas dificuldades em decorrência da precariedade das estradas, muitos dos assentados migraram para outras localidades ou para os pequenos centros urbanos do Acre. No entanto, outros permaneceram, buscando alternativas, como criação de gado bovino, que era mais fácil de transportar que a produção agrícola, diante das condições viciniais existentes. Assim, foram construindo um modo de vida possível.

A precariedade das estradas vicinais no PAD Boa Esperança causou grandes impactos nas condições de vida dos trabalhadores assentados, tanto no que concerne à questão da venda dos produtos agrícolas, quanto na forma de lidar com as situações de doenças. E, nesse sentido, influenciou os significados que muitos desses trabalhadores atribuíam àquela localidade: lugar isolado, difícil, sem possibilidade de crescer, e lugar de sofrimento.

Referências

a) Bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 6ª edição. São Paulo: Martins Fonte, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. (VOLOCHÍNOV, V. N.) **Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira 12. ed., São Paulo: Hucitec Editora, 2006.

BRASIL, Decreto nº. 79.048 de 27 de dezembro de 1976. Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-79048-27-dezembro-1976-428054-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 26/01/2020.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 12^a. edição. São Paulo: Edusp, 2017.

IANNI, Octávio. **Colonização e contra reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

Chartier, Roger. **A história cultural: Entre Práticas e representações**. Tradução de Maria Manoela Galhardo. São Paulo: Bertrand do Brasil, 1988.

CHRISTIAN, Kiening. **O sujeito selvagem**. Pequena Poética do Novo Mundo. Tradução Silvia Nauroski. São Paulo: EdUSP, 2014.

LEAL, Pedro. Fonseca. **Colonização agrícola dirigida e construção do parceleiro tutelado**. Antropolítica. Niterói, n.º. 27, 155-182, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2KAiEwm>. Acesso em 18/11/2019.

MACHADO, Tânia. Mara Rezende. **Migrantes sulistas: caminhadas, aprendizados e a constituição de modos de vida na região acreana (1977-2000)**. Rio Branco: EDUFAC, 2016.

NASCIMENTO, Eloisa. Winter. Rumo da terra: **Rumo da liberdade** (um estudo dos migrantes rurais do Sul no estado do Acre). Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Florianópolis: UFSC, 1985.

NASCIMENTO, Francisco José. **Memória da colonização recente no Estado do Acre**. Rio de Janeiro: Câmara Brasileira de Jovens Escritores, 2015.

OLIVEIRA, Paulo César Rabelo Mendes. “O Incra na região do Alto Purus, Sena Madureira – Acre”. In: **Memória INCRA 35 anos**. Disponível. In http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=84534. Acesso em 24/01/2020.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de História Oral**. Tradução de Fernando Luiz Cássio e Carlos Santiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral como arte da escuta**. Tradução de Ricardo Santiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016

RICOEUR, Paul. **A memória a história e o esquecimento**. Tradução de Alan François [et al]. Campinas: Ed UNICAMP, 2007.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo EdUSP, 2006.

b) Depoimentos Orais

BORGES FILHA, Francisca Gomes de. Entrevistada em 05 de abril de 2007 em Rio Branco, Acre.

DAMASCENO, Adão Alves. Entrevistado em 05 setembro de 2017 em Sena Madureira, Acre.

GARCIA, Maria da Penha Luiz. Entrevistada em 05 setembro de 2017 em Sena Madureira, Acre.

JUSTO, Marlene da Silva. Entrevistada em 02 de setembro de 2017, no Ramal do Km 16, PAD Boa Esperança em Sena Madureira, Acre.

NASCIMENTO, José Francisco. Entrevista: *Memória da colonização recente no Estado do Acre*. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br>. Acesso em 21 de junho de 2020.

SILVA, Valdemiro Francisco da. Entrevistado em 02 de setembro de 2017 em Sena Madureira, Acre.

SILVA, José Carvalho da. Entrevistado em setembro de 2017 no Ramal do Km 34 PAD Boa Esperança, Sena Madureira, Acre.

SOUSA, Cirilo Caetano de. Entrevistado em 22 de setembro de 2007 em Acrelândia, Acre.

SOUZA, Eudes Caetano de. Entrevistado em setembro de 2017 em Acrelândia, Acre.

Robério. Nome Fictício. Entrevistado no ramal do Km16, PAD Boa Esperança em 02 de setembro de 2017, Sena Madureira, Acre.